

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
DO ESTADO DE SERGIPE**

PERÍODO 2003-2005

LEI Nº 9.496/97

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 108/96

CONTRATO Nº 005/97 STN/COAFI, DE 27/11/97
ENTRE A UNIÃO E O ESTADO DE SERGIPE

ARACAJU, 31 DE OUTUBRO DE 2003

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DE SERGIPE

APRESENTAÇÃO

1. Este documento apresenta a quinta revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Sergipe (daqui por diante referido como Programa), parte integrante do Contrato STN/COAFI 005/97, firmado com o Governo Federal, no âmbito da Lei nº 9.496/97 (daqui por diante referido como Contrato) e da Resolução do Senado Federal nº 108/96. O Programa dá cumprimento ao disposto na cláusula décima quinta do referido contrato. Consoante o caráter rotativo do Programa, a presente revisão contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2003 a 2005.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Governo do Estado; na seção 3 são apresentados metas ou compromissos estabelecidos pelo Governo do Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97, modificado pelo artigo 5º da Lei nº 10.195/01 e, quando necessário, ações; na seção 4 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas e compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
 - Anexo I – Planilha Gerencial;
 - Anexo II – Demonstrativo da Receita e da Despesa;
 - Anexo III – Demonstrativo da Receita Líquida Real;
 - Anexo IV – Demonstrativo da Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
 - Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito;
 - Termo de Entendimento Técnico entre o Governo do Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional; e
 - Avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a Situação Fiscal do Estado.



1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

4. A situação fiscal do Estado vem evoluindo positivamente ao longo dos anos, tendo reduzido já em 1999, o déficit primário em relação 1998, revertendo à situação em 2000, atingindo um superávit primário de R\$ 131 milhões em 2001, já suficiente para cobrir o serviço da dívida, e atingindo em 2002, um superávit primário de R\$ 163 milhões, superior em 24,43% ao do ano anterior.
5. Em termos de receita, o ICMS apresentou um crescimento real de 3,86%, considerando um IGP-DI médio de 9,48% no ano (R\$ 664 milhões contra R\$ 563 milhões).
6. Por outro lado, o FPE – Fundo de Participação dos Estados alcançou R\$ 867 milhões, registrando um incremento real de 9,03% em relação a 2001 (R\$ 701 milhões). Juntos, o ICMS e o FPE (R\$ 1.531 milhões) representaram 73,60% da receita bruta total, de R\$ 2.080 milhões, excluídas as receitas financeiras, de alienação (privatização) e de operações de crédito.
7. Do lado da despesa, a de pessoal e encargos representou o maior componente de gasto, a qual, comprometeu 58,70% da receita líquida real (R\$ 948 milhões de despesa contra uma RLR de R\$ 1.615 milhões).
8. No que se refere a investimento, o Estado realizou em 2002 R\$ 198 milhões, representando 12,27% da RLR de R\$ 1.615 milhões, inferior aos 10,84% alcançados em 2001.
9. Em termos de situação previdenciária, o Estado reformulou parcialmente seu sistema, no sentido de adequá-lo às novas normas constitucionais e legais determinadas pela Reforma da Previdência (EC nº 20/98) e a Lei nº 9.717/98, com a criação do FUNASERP – Fundo de Aposentadoria do Servidor Público Estatutário de Sergipe, desvinculado do antigo sistema de previdência do Estado. Encontra-se desenvolvido um projeto de Lei Complementar “RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Sergipe”, para reformulação geral da previdência do Estado, aguardando a aprovação da Reforma da Previdência, para os devidos ajustes e posterior encaminhamento final à Assembléia.



10. No tocante à dívida pública da Administração Direta e suas Autarquias e Fundações, o Estado passou de um estoque em 2001, de R\$ 1.129 milhões para R\$ 1.333 milhões em 2002. Em relação à RLR, a dívida representou uma relação de 0,71 em 2002 (estoque de R\$ 1.333 milhões e RLR de R\$ 1.881 milhões).

2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

11. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos pelo objetivo de assegurar um atendimento adequado das demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará seqüência ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal iniciado em 1998 por meio do cumprimento das metas ou compromissos e da implementação das ações, todos definidos na seção 3 deste documento.
12. O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, como parte integrante do Contrato de Renegociação da Dívida do Estado com o Governo Federal, pretende viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o Contrato, a intensidade do ajuste fiscal requerido terá como fundamento a estratégia escolhida pelo Governo Estadual e as ações específicas dela decorrentes serão direcionadas para a obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, possibilitar a cobertura do serviço da dívida, sem acúmulo de atrasos / deficiências.



3. METAS OU COMPROMISSOS

META 1 $\Rightarrow$ RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

13.A Meta 1 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que resulta dos termos acertados com o Governo Federal, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é a manutenção da dívida financeira total do Estado (D) em valor não superior ao de sua receita líquida real anual (RLR), enquanto o Estado não liquidar o referido refinanciamento.

META 2 $\Rightarrow$ RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES		
2003	2004	2005
125	12	90

14.A Meta 2 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal é a obtenção de resultados primários, conforme acima especificados. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado de Sergipe se compromete a não gerar atraso/deficiência em cada ano do triênio.

15.Paralelamente às medidas de incremento na arrecadação e controle da despesa pública, o Governo Estadual dará continuidade ao controle interno de seus gastos, com as seguintes ações:

- Aperfeiçoamento permanente de controle na formalização de novos convênios; e
- Concentração das deliberações sobre a realização de gastos de maior relevância, em todas as categorias e grupos, através do CRAFI – Conselho de Reestruturação



e Ajuste Fiscal do estado, objetivando a concentração dos gastos públicos e o permanente equilíbrio das contas.

META 3 ⇒ DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

16. A Meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), fontes Tesouro, segundo os conceitos expressos no Termo de Entendimento Técnico.
17. Conforme contido no Anexo I, as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 58,02%, 56,03% e 57,88% em 2003, 2004 e 2005, respectivamente.
18. Na eventualidade desses percentuais serem ultrapassados, mesmo que inferiores a 60% da RCL, o Estado buscará os ajustes pertinentes nas despesas e receitas, de forma a manter os resultados definidos na Meta 2.
19. Para os anos de 2004 e 2005 as despesas com pessoal foram projetadas considerando um crescimento vegetativo anual da folha de pagamento de pessoal de 5,50% para ativos e de 7,00% para inativos. O Governo Estadual desenvolverá ações corretivas nessa área, controlando e gerido os benefícios e incorporações de vantagens pessoais aos vencimentos dos servidores, com produtividade e auditoria nas despesas com pessoal, no sentido de conter o crescimento da folha de pagamento do Estado nos próximos anos.
20. O Governo do estado aprofundará as medidas de reforma administrativa, tendo em vista não apenas o controle nas despesas com funcionalismo público. O Estado perseguirá a política de pessoal de manter os gastos salariais em estrita observância às disposições da LC nº 101/00 e deste Programa.

Especificamente com relação à questão previdenciária, o Governo de Sergipe empreenderá ações no sentido de aprovar projeto de Lei Complementar sobre o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado, o qual adequará a legislação estadual às disposições constitucionais e à legislação federal.



META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES		
2003	2004	2005
1.091	1.200	1.310

21. A Meta 4 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções estaduais para as receitas discriminadas no Termo de Entendimento Técnico.

22. Com vistas à obtenção dos valores programados de arrecadação da receita própria para os próximos três anos, o Estado de Sergipe pretende adotar as seguintes ações:

- a) melhoria na administração fiscal com particular esforço na arrecadação de ICMS e IPVA;
- b) levantamento dos débitos fiscais pendentes, discriminando a fase ou situação em que se encontra o processo;
- c) racionalização e atualização dos atuais mecanismos de controle do sistema arrecadatário, bem como criação de novos e efetivos instrumentos que busquem intensificar a fiscalização nas fronteiras e maior otimização do sistema de controle da arrecadação de tributos estaduais. Além disso, o Estado de Sergipe desenvolverá estudos contínuos acerca da arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica com o intuito de diagnosticar possíveis perdas de receita.

META 5 ⇒ REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

23. A Meta 5 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal é alcançar o(s) seguinte(s) compromisso(s):

- a. Não repassar no triênio 2003 – 2005 recursos para a Empresa Sergipana de Gás – EMSERGÁS, exceto se relativo a dividendos do Estado para manter percentual da participação acionária;
- b. Viabilizar a realização de inventário dos bens imóveis do Estado, de forma a enviar ao Governo Federal, até junho de 2004, relatório sobre o assunto, destacando o valor de venda dos bens imóveis passíveis de alienação.



- c. Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, com a participação de integrantes das Secretarias da Fazenda, Planejamento, Administração e Controladoria Geral do Estado;
- d. Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, relatório da execução do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas.
- e. com a conclusão das negociações do Estado com a Petrobrás, serão tomadas todas as medidas necessárias para a extinção da Empresa Administradora de Portos de Sergipe – SERGIPORTOS;
- f. com relação à Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR, esta deverá manter sua política de busca de parceria com o setor privado na promoção das festas populares e o Estado proporá meios de profissionalizar o turismo, como também buscará viabilizar a concessão à iniciativa privada, do Hotel Palace, Balneário de Salgado e Hotel Velho Chico;

META 6 ⇒ DESPESAS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL EM %		
2003	2004	2005
8,10%	20,69%	14,40%

24. A Meta 6 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal consiste em limitar os gastos com investimento e inversões aos percentuais da Receita Líquida Real indicados acima para os anos de 2003 a 2005.
25. Em caso de uma eventual frustração na arrecadação de suas receitas próprias ou fontes de financiamento, o Estado se compromete a adequar sua despesa de investimento de forma a garantir o cumprimento da Meta 2.



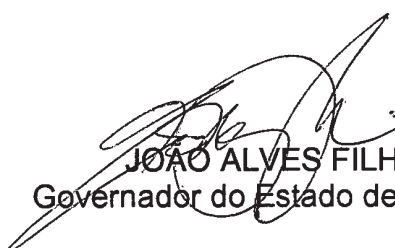
4. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS

26. Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo, devendo o Estado manter interlocução com a Secretaria do Tesouro Nacional por meio de, entre outros:
- a. missões técnicas da Secretaria do Tesouro Nacional;
 - b. remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no Termo de Entendimento Técnico.
27. Até o dia 31 de maio de cada ano o Governo do Estado encaminhará à STN relatório da execução do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas.
28. No segundo exercício do Programa em vigor, o Estado poderá manifestar interesse em não revisá-lo. Caso contrário, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio subsequente, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.
29. No último exercício do Programa em vigor, o Estado deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio subsequente. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Estado. O Governo do Estado entende que a não revisão do Programa equivale ao descumprimento de 6 metas, implicando o apenamento segundo os termos da Medida Provisória nº 2.192/70.
30. O Governo do Estado entende que o não cumprimento das metas e compromissos o sujeitará às sanções previstas na Cláusula décima sétima do Contrato, alterado pela Cláusula Segunda do Terceiro Termo Aditivo, firmado sob a égide da Medida Provisória nº 2.192/70.



31. Esse é o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal que o Governador do Estado de Sergipe subscreve em cumprimento ao Parágrafo Terceiro do artigo primeiro da Lei nº 9.496 de 11 de setembro de 1997. O comprometimento com as metas e compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e regulamentações existentes.

Aracaju, 31 DE OUTUBRO DE 2003



JOÃO ALVES FILHO
Governador do Estado de Sergipe

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO I - PLANILHA GERENCIAL

ESTADO: SERGIPE

2000 A 2002: REALIZADO

2003 A 2005: PROJETADO

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES						% RECEITA LÍQUIDA REAL					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2000	2001	2002	2003	2004	2005
I - RECEITA BRUTA	1.472	1.715	2.080	2.055	2.389	2.514	128,82	129,20	128,79	125,67	129,17	129,42
Receitas de Transferências	800	940	1.142	964	1.189	1.204	70,05	70,80	70,69	58,95	64,30	61,98
FPE	596	701	867	869	980	1.007	52,13	52,79	53,71	53,15	52,98	51,81
Outras	205	239	274	95	209	198	17,92	18,01	16,99	5,79	11,32	10,17
Receitas de Arrecadação Própria	671	775	938	1.091	1.200	1.310	58,77	58,39	58,10	66,72	64,87	67,44
ICMS	487	563	664	736	800	870	42,66	42,44	41,13	44,99	43,25	44,78
Outras	184	212	274	355	400	440	16,12	15,96	16,97	21,73	21,62	22,66
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	136	157	188	212	230	250	11,93	11,86	11,61	12,94	12,44	12,88
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.335	1.558	1.892	1.843	2.159	2.264	116,89	117,34	117,18	112,73	116,73	116,54
IV- DESPESA NÃO FINANCEIRA	1.239	1.427	1.730	1.718	2.147	2.174	108,46	107,50	107,12	105,09	116,09	111,89
Pessoal	698	779	948	1.073	1.169	1.269	61,14	58,65	58,67	65,61	63,22	65,30
Executivo (Adm Direta)	272	354	381	451	492	536	23,84	26,69	23,60	27,58	26,58	27,58
Executivo (Adm Indireta)	80	44	107	110	120	130	7,04	3,30	6,64	6,71	6,47	6,71
Demais Poderes	110	121	139	166	181	197	9,59	9,13	8,62	10,14	9,77	10,14
Inativos e Pensionistas	186	206	246	269	293	314	16,30	15,51	15,25	16,44	15,84	16,14
Outras	50	53	74	77	84	92	4,37	4,03	4,56	4,73	4,56	4,73
OCC	541	649	782	646	978	905	47,33	48,85	48,44	39,48	52,87	46,59
Investimentos	155	144	198	63	229	164	13,59	10,84	12,27	3,83	12,37	8,46
Inversões	53	30	35	70	154	115	4,67	2,28	2,16	4,27	8,32	5,94
Outras Despesas Correntes	326	469	544	498	578	606	28,50	35,30	33,71	30,43	31,25	31,22
Sentenças Judiciais	6	6	5	16	17	19	0,57	0,43	0,31	0,95	0,93	0,98
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	96	131	163	125	12	90	8,43	9,83	10,06	7,64	0,64	4,64
VI- Juros da dívida (líquido devido)	18	49	56	63	84	98	1,56	3,69	3,49	3,87	4,55	5,07
Intralimite	19	49	51	53	57	58	1,65	3,71	3,14	3,23	3,09	3,00
Extralimite (deduzidas de Rec Financeiras)	(1)	(0)	6	10	27	40	(0,08)	(0,02)	0,35	0,64	1,46	2,07
VII- Necessidade Financiamento Líquida (-V + VI)	(78)	(82)	(106)	(62)	72	8	(6,86)	(6,14)	(6,57)	(3,77)	3,91	0,42
VIII- Amortizações de Dívida	63	62	79	81	94	104	5,50	4,65	4,92	4,95	5,08	5,34
Intralimite	51	28	32	37	43	48	4,44	2,11	2,00	2,25	2,32	2,45
Extralimite	12	34	47	44	51	56	1,06	2,55	2,92	2,71	2,76	2,89
Conta gráfica	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financ Saneamento Bancos Estaduais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	12	34	47	44	51	56	1,06	2,55	2,92	2,71	2,76	2,89
IX- Capitalização de Fundos Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
X- Nec Financ Bruta (VII + VIII + IX)	(16)	(20)	(27)	19	166	112	(1,36)	(1,49)	(1,65)	1,18	8,99	5,76
XI- Fontes de Financiamento	66	18	28	19	229	176	5,80	1,37	1,71	1,17	12,37	9,08
Alienação de Ativos	37	0	1	1	1	1	3,22	0,03	0,08	0,06	0,05	0,05
Operações de Crédito	29	18	26	18	228	175	2,58	1,34	1,63	1,11	12,32	9,03
Internas	15	14	18	2	164	31	1,33	1,02	1,13	0,14	8,88	1,57
d/q Financ Saneam Bcos Estaduais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Externas	14	4	8	16	64	145	1,25	0,32	0,50	0,97	3,43	7,45
XII - Atrasos/Deficiência (X - XI)	(82)	(38)	(54)	0	(63)	(64)	(7,16)	(2,86)	(3,36)	0,00	(3,39)	(3,32)
Serviço da Dívida Total (Bruto)	94	126	156	160	194	218	8,21	9,51	9,67	9,80	10,49	11,23
Receitas Financeiras	13	15	20	16	16	16	1,14	1,16	1,26	0,98	0,87	0,82
Serviço da Dívida Total (Líquido de Rec Financeiras)	81	111	136	144	178	202	7,07	8,35	8,41	8,82	9,63	10,41
Serviço da Dívida Intralimite	70	77	83	89	100	106	6,09	5,82	5,14	5,47	5,41	5,45
Serviço da Dívida Extralimite	11	34	53	55	78	96	0,98	2,53	3,27	3,35	4,22	4,96
Receita Líquida Real-RLR	1.142	1.328	1.615	1.635	1.850	1.943						
Receita Corrente Líquida (Fonte Tesouro)	1.286	1.496	1.823	1.849	2.087	2.192						
Despesa com Pessoal / RCL (Fonte Tesouro) %	54,33	52,04	51,97	58,02	56,03	57,88						
Despesa com Transf a Municípios / ICMS %	27,98	27,94	28,23	28,76	28,76	28,76						

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: SERGIPE

2000 A 2002: REALIZADO

2003 A 2005: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1 RECEITA	1.551,1	1.749,0	2.128,0	2.090,1	2.634,0	2.706,6
2 RECEITA CORRENTE	1.422,1	1.653,8	2.010,6	2.060,5	2.317,0	2.442,1
3 RECEITA TRIBUTÁRIA	507,4	586,5	685,5	764,5	831,3	903,0
4 IMPOSTOS	505,0	580,2	683,0	762,2	829,0	900,5
5 IPVA	13,3	15,1	17,4	17,5	20,0	21,0
6 ICMS	487,3	563,4	664,3	735,7	800,0	870,0
7 Outros Impostos	4,3	1,6	1,4	9,0	9,0	9,5
8 TAXAS	2,5	6,3	2,4	2,3	2,3	2,5
9 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
10 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	115,3	125,2	167,5	213,8	253,2	279,3
11 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	115,3	125,2	167,5	175,6	203,0	223,9
12 Contribuição dos Segurados e Compensação do INSS	95,3	97,9	138,0	145,3	165,0	182,0
13 Outras Contribuições Sociais	20,0	27,4	29,5	30,4	38,0	41,9
14 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,0	0,0	0,0	38,2	50,2	55,4
15 Royalties(d/q)	0,0	0,0	0,0	38,2	46,8	51,6
RECEITA PATRIMONIAL	13,5	16,7	21,0	24,7	24,7	24,7
17 Receitas Financeiras	13,1	15,4	20,4	16,0	16,0	16,0
18 Outras Receitas Patrimoniais	0,5	1,3	0,6	8,7	8,7	8,7
19 OUTRAS RECEITAS	19,8	24,9	22,7	72,2	72,2	82,6
20 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	739,4	864,1	1.052,6	953,9	1.101,9	1.116,7
21 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,0	0,0	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(0,0)
22 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	692,5	833,6	1.025,6	941,9	1.062,7	1.089,6
23 Transferências da União	692,5	833,6	1.025,6	941,9	1.062,7	1.089,6
24 Participação na Receita da União	640,9	761,7	923,1	929,7	1.049,9	1.075,8
25 Cota Parte do FPE	595,6	700,9	867,4	869,1	980,0	1.006,6
26 IRRF	36,1	45,0	38,9	44,6	49,0	52,0
27 Cota Parte do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28 Cota Parte do IPI	1,4	1,4	1,3	0,9	1,0	1,1
29 Cota Parte do Salário Educação	7,8	9,3	15,6	15,1	19,9	16,1
30 Cota Parte sobre Operações de Crédito	0,0	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0
31 Outras Transferências da União	51,6	71,9	102,5	12,2	12,9	13,9
32 Transferência Financeira LC 87/96	5,1	6,7	7,4	6,1	6,1	6,1
33 Transferencia Constitucional ao DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
34 Outras	46,5	65,2	95,1	6,1	6,8	7,8
Outras Transferências Intergovernamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
36 TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS	46,9	30,5	27,0	12,0	39,2	27,1
37 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26,6	36,4	61,3	31,4	33,7	35,7
38 MULTAS E JUROS DE MORA	10,5	13,2	18,8	12,9	13,8	14,7
39 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3,0	7,8	19,7	12,0	12,9	13,6
40 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	8,8	6,6	12,8	3,0	3,2	3,4
41 RECEITAS DIVERSAS	4,3	8,8	10,0	3,5	3,8	4,0
42 DEDUÇÕES DA RECEITA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
43 RECEITA DE CAPITAL	129,1	95,1	117,4	29,6	317,0	264,6
44 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	29,5	17,8	26,3	18,2	227,8	175,3
45 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	15,2	13,5	18,2	2,3	164,3	30,6
46 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA	14,3	4,2	8,0	15,9	63,5	144,7
47 ALIENAÇÃO DE BENS	36,8	0,5	1,3	1,0	1,0	1,0
48 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,9	0,3	0,4	0,1	0,5	0,5
49 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	60,9	75,9	89,1	10,0	87,4	87,4
50 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
51 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
52 Transferências da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
53 Participação na Receita da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
54 Demais Transferências da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
55 Outras Transferências Intergovernamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

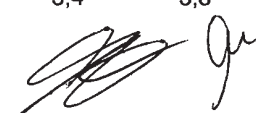
ESTADO: SERGIPE

2000 A 2002: REALIZADO

2003 A 2005: PROJETADO

R\$ MILHÕES

56	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60,9	75,9	89,1	10,0	87,4	87,4
57	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1,0	0,6	0,2	0,3	0,3	0,3
58	DESPESA	1.467,0	1.711,3	2.073,7	2.090,1	2.571,4	2.642,2
59	DESPESA CORRENTE	1.222,2	1.473,7	1.758,7	1.873,6	2.091,3	2.254,9
60	PESSOAL E ENCARGOS	704,9	809,9	961,9	1.090,9	1.189,4	1.290,9
61	Transf. a Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
62	Aplicações Diretas	704,9	809,9	961,9	1.090,9	1.189,4	1.290,9
63	Vencimentos e Vantagens Fixas	462,4	519,3	627,6	726,6	792,0	863,3
64	Poder Executivo	272,4	354,3	381,2	451,0	491,6	535,8
65	Demais Poderes	109,6	121,2	139,2	165,9	180,8	197,1
66	Adm. Indireta	80,4	43,8	107,2	109,7	119,6	130,4
67	Aposentadorias e Reformas	133,1	149,2	168,7	268,9	293,1	313,6
68	Pensões	53,1	56,7	77,5	0,0	0,0	0,0
69	Sentenças Judiciais	0,4	0,2	1,9	2,4	2,7	3,0
70	Despesas de Exercícios Anteriores	4,3	21,6	8,6	10,8	11,9	13,2
71	Indenizações Restituições Trabalhistas	1,6	9,4	3,9	4,9	5,4	6,0
	Outras	49,9	53,5	73,7	77,3	84,3	91,9
73	Outras Transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
74	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	55,3	65,0	76,8	79,2	100,1	114,3
75	Juros e Encargos Contratuais	55,3	65,0	76,8	79,2	100,1	114,3
76	Juros e Encargos Mobiliários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
77	Encargos sobre Op. Créd. Antecip. Receita	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
78	Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
79	Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	462,0	598,9	720,0	703,4	801,8	849,7
81	Transferências à União	1,2	1,8	1,6	2,0	2,2	2,4
82	Material de Consumo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
83	Outros Serviços de Terceiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
84	Outras	1,2	1,8	1,6	2,0	2,2	2,4
85	Transferências a Estados e DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
86	Material de Consumo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
87	Outros Serviços de Terceiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
88	Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
89	Transferências a Municípios	181,2	221,2	190,9	215,8	234,7	255,3
90	Material de Consumo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outros Serviços de Terceiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
92	Distribuição de Receitas(Constitucional)	136,3	157,4	187,5	211,6	230,1	250,2
93	Outras	44,9	63,8	3,3	4,2	4,6	5,1
94	Outras Transferências	11,0	45,6	101,9	117,3	147,9	163,1
95	Aplicações Diretas	268,6	330,3	425,7	368,4	417,0	428,9
96	Material de Consumo	42,9	56,8	66,1	65,2	75,0	79,5
97	Outros Serviços de Terceiros	116,0	159,6	185,8	174,8	195,9	197,1
98	Sentenças Judiciais	6,0	3,7	0,5	10,0	11,1	12,2
99	Outras	103,7	110,1	173,3	118,4	135,0	140,0
100	DESPESAS DE CAPITAL	244,8	237,5	315,0	216,6	480,0	387,2
101	INVESTIMENTOS	155,3	145,8	200,6	65,8	232,2	168,1
102	Transf. à União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
103	Transf. a Estados e DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
104	Transf. a Municípios	16,3	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
105	Contribuições(Constitucionais)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
106	Outras	16,3	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
107	Transf. A Outras Entidades	41,7	18,1	6,7	8,5	9,4	10,4
108	Aplicações Diretas	97,3	126,7	193,9	57,3	222,8	157,8
109	Obras e Instalações	82,9	99,4	163,7	32,5	191,7	123,5
110	Equipamentos e Material Permanente	12,8	24,4	22,7	18,5	24,1	26,6
111	Sentenças Judiciais	0,0	1,8	2,5	3,1	3,4	3,8



**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA**

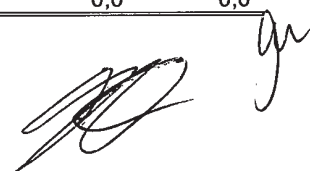
ESTADO: SERGIPE

2000 A 2002: REALIZADO

2003 A 2005: PROJETADO

R\$ MILHÕES

112	Outras	1,5	1,2	5,0	3,2	3,5	3,9
113	INVERSÕES	53,4	30,2	34,9	69,8	154,0	115,3
114	Transf. a Estados e DF	0,0	0,0	(39,0)	(49,0)	(54,3)	(59,9)
115	Transf. A Municípios	0,0	0,0	0,0	26,0	40,0	44,1
116	Contribuições	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
117	Outras	0,0	0,0	0,0	26,0	40,0	44,1
118	Transf. a Outras Entidades	49,6	26,5	0,0	0,0	0,0	0,0
119	Aplicações Diretas	3,8	3,7	73,9	92,8	168,3	131,1
120	Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
121	Aquisição de Imóveis	0,0	1,4	1,7	2,2	2,4	2,6
122	Aquisição de Títulos de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
123	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	3,4	2,3	72,2	90,6	164,9	127,4
124	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
125	Outras	0,4	0,0	0,0	0,0	1,0	1,1
126	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	36,2	61,5	79,5	81,0	93,9	103,7
127	Aplicações Diretas	36,2	61,5	79,5	81,0	93,9	103,7
128	Principal da Dívida Contratual Resgatada	9,5	25,5	30,5	81,0	93,9	103,7
129	Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
130	Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
131	Outras	26,7	36,1	49,0	0,0	0,0	0,0



PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL (LEI Nº 9496/97)

ESTADO: SERGIPE

2000 A 2002: REALIZADO

2003 A 2005: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
RECEITA REALIZADA	1.551	1.749	2.128	2.090	2.634	2.707
(-) RECEITA DE FUNDEF	145	170	206	214	238	250
RECEITA REALIZADA LÍQUIDA	1.406	1.579	1.922	1.876	2.396	2.457
(-) RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	29	18	26	18	228	175
(-) RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	37	0	1	1	1	1
(-) RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS OU DE DOAÇÕES COM O FIM ESPECÍFICO DE ATENDER DESPESAS DE CAPITAL	61	76	89	10	87	87
(-) DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS POR PARTICIPAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	136	157	188	212	230	250
(+) No cálculo do Fundef não está incluída a parte referente a dívida ativa do ICMS	0	0	(3)	0	0	0
(+) Ajustes_2	0	0	0	0	0	0
(+) Ajustes_3	0	0	0	0	0	0
(+) Ajustes_4	0	0	0	0	0	0
(+) Ajustes_5	0	0	0	0	0	0
RECEITA LÍQUIDA REAL (PREÇOS CORRENTES)	1.142	1.328	1.615	1.635	1.850	1.943
RECEITA LÍQUIDA REAL (PREÇOS DE DEZEMBRO DE 2002)*				1.546	1.632	1.616

PARA CADA EXERCÍCIO, A RECEITA LÍQUIDA REAL REFERE-SE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO

*DEFLACIONAMENTO PELO IGP-DI

31/10/03 15:34




PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

SERGIPE

2002 : REALIZADO

2003 A 2005: PROJEÇÕES

R\$ MIL DE DEZEMBRO DE 2002

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005
1 DÍVIDA FUNDADA TOTAL (1.1 + 1.2)	1.333.162	1.291.419	1.221.607	1.149.898
1.1 ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA (1.1.1 + 1.1.2)	1.333.162	1.291.419	1.221.607	1.149.898
1.1.1 CONTRATUAL	1.333.162	1.291.419	1.221.607	1.149.898
Interna	1.188.914	1.132.476	1.069.056	1.003.739
DÍVIDAS COM A UNIÃO	1.188.914	1.132.476	1.069.056	1.003.739
BIB	0	0	0	0
Clube de Paris	0	0	0	0
DMLP	31.476	30.512	28.124	25.736
Lei nº 7976/89	18.386	15.760	13.133	10.506
Parcelamento FGTS até 31.03.1996	0	0	0	0
Parcelamento FGTS após 31.03.1996	0	0	0	0
Parcelamento INSS até 01.12.1992	0	0	0	0
Parcelamento INSS até 01.12.1992	8.391	6.953	5.514	4.076
Lei nº 8727/93	303.165	282.528	260.840	238.049
Lei nº 9496/97	585.403	574.915	563.781	551.960
CEF	57.687	57.302	53.275	47.944
Parcelamento PIS/PASEP	13.203	10.942	8.678	6.414
Banco do Brasil (inclusive FUNDEF)	50.265	43.084	35.903	28.723
BNDES	17.777	13.191	8.471	5.004
Outros Bancos Federais	103.163	97.291	91.337	85.328
Demais	0	0	0	0
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0	0	0	0
com Bancos Estaduais	0	0	0	0
com Bancos Privados	0	0	0	0
Demais	0	0	0	0
Externa	144.248	158.943	152.551	146.159
Sem Aval do Tesouro Nacional	0	0	0	0
Com Aval do Tesouro Nacional até 30.09.1991	0	0	0	0
Com Aval do Tesouro Nacional após 30.09.1991	144.248	158.943	152.551	146.159
1.1.2 MOBILIÁRIA	0	0	0	0
1.2 ADM INDIRETA - DÍVIDA CUSTEADA COM RECURSOS FONTES TESOURO	0	0	0	0
2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM EXECUÇÃO		0	0	0
Internas		0	0	0
Externas		0	0	0
3 NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0	187.952	319.240
Internas		0	142.431	164.619
Externas		0	45.521	154.621
4 DÍVIDA FINANCEIRA				
Exclusive Novas Operações de Crédito (1+2)	1.333.162	1.291.419	1.221.607	1.149.898
Inclusive Novas Operações de Crédito (1+2+3)	1.333.162	1.291.419	1.409.559	1.469.138
5 RECEITA LÍQUIDA REAL	1.881.161	1.545.844	1.631.675	1.615.882
6 RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL				
Exclusive Novas Operações de Crédito	0,71	0,84	0,75	0,71
Inclusive Novas Operações de Crédito	0,71	0,84	0,86	0,91



ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ESTADO: SERGIPE

Impresso em 31/10/03 15:40

NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO

Valores em R\$ mil de 31/12/2002

ENTIDADE	PROJETO	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
BID *	Desfavelamento	0	10.521	3.940	0	0	14.461
BID *	Xingó	0	20.000	71.000	90.000	29.000	210.000
BID	Aracaju Barra	0	15.000	35.000	40.000	0	90.000
TOTAL - Externas Novas		0	45.521	109.940	130.000	29.000	314.461

NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO

Valores em R\$ mil de 31/12/2002

ENTIDADE	PROJETO	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
CEF *	Saneamento - Adutora	0	91.959	2.041	0	0	94.000
Banco do Brasil *	Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros	0	12.000	0	0	0	12.000
BNB *	PRODETUR II	0	40.000	22.000	30.000	20.000	112.000
CEF / BID *	PNAGE	0	1.000	1.400	0	0	2.400
TOTAL - Internas Novas		0	144.959	25.441	30.000	20.000	220.400

AÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO EM EXECUÇÃO

Valores em R\$ mil de 31/12/2002

ENTIDADE	PROJETO	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
BIRD	PCPR II - PRONESE	15.060	10.519	10.519	16.078	-	52.178
TOTAL - Externas em exec.		15.060	10.519	10.519	16.078	0	52.178

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO EM EXECUÇÃO

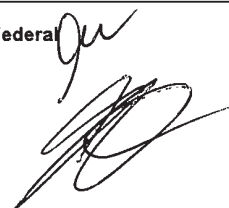
Valores em R\$ mil de 31/12/2002

ENTIDADE	PROJETO	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
CEF	PNAFE	1.661	-	-	-	-	1.661
BNDES	CONTRAPARTIDA PRODETUR	478	-	-	-	-	478
TOTAL - Internas em exec.		2.140	0	0	0	0	2.140

TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	TOTAL
EXTERNAS	15.060	56.041	120.459	146.078	29.000	366.639
Novas	0	45.521	109.940	130.000	29.000	314.461
Em execução	15.060	10.519	10.519	16.078	0	52.178
INTERNAS	2.140	144.959	25.441	30.000	20.000	222.540
Novas	0	144.959	25.441	30.000	20.000	220.400
Em execução	2.140	0	0	0	0	2.140
	17.200	201.000	145.900	176.078	49.000	589.178

(*) Essa operação não se inclui na exceção prevista no art.7º, §8º, da Resolução nº43 de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal

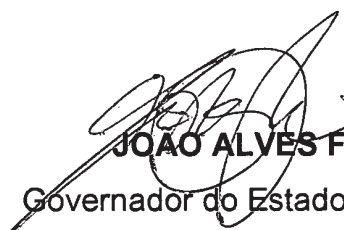


TERMO DE ENTENDIMENTO TÉCNICO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE E A SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL

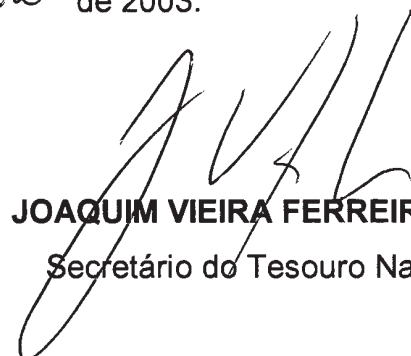
O Governo do Estado de Sergipe e a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda acordam os critérios, os conceitos, as definições e as metodologias de apuração, projeção e avaliação apresentadas a seguir, os quais serão aplicados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Sergipe para o período 2003-2005.



Brasília, ²⁴ de ~~novembro~~ ^{março} de 2003.



JOÃO ALVES FILHO
Governador do Estado de Sergipe



JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

ABRANGÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS CONSIDERADAS NO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) considera a execução orçamentária relativa às administrações direta e indireta das fontes de recursos do Tesouro do Estado (fontes tesouro), discriminadas a saber:

Código	Fontes de recursos
000	Ordinário não vinculado
001	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados
002	Cota-parte do FPE – Fundef
003	ICMS – Fundef
004	IPI-Exportação – Fundef
005	ICMS Seguro – Fundef
006 (*)	Recursos para ações e serviços públicos de saúde
007	Fundo de Promoção e Desenvolvimento do Esporte
008	Contribuição do Adicional do FUNDESP
009	Serviços Recreativos e Culturais
010	Contribuição para o Funaserp/SE
013	IPVA – Municípios
019	IPI-EXPORTAÇÃO – Municípios
020	Royalties – Petróleo, Xisto e Gás
021	Royalties – Municípios
022	Salário educação
023	ICMS – municípios
025	Convênios
026	Transferências de recursos para o MDE
027	Cota parte do Fundo Nacional de Saúde
046	Operações de Crédito Internas
047	Operações de Crédito Externas
070	Recursos Diretamente Arrecadados
071	Recursos Diretamente Arrecadados/Assistência Saúde

(*) Somente a partir de 2004

REGIME DE CONTABILIZAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS

As receitas serão consideradas segundo o regime de caixa e as despesas segundo o regime de competência.

METODOLOGIA GERAL DE APURAÇÃO DOS DADOS

Os valores de fluxos de receitas e despesas e de ativos e passivos, expressos a preços correntes, são extraídos de balancetes mensais do Estado (adaptados se necessário para efeito do Programa) e compatibilizados com o balanço anual.



AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS

Para efeito de avaliação do cumprimento de metas serão utilizados os mesmos procedimentos adotados para a sua elaboração.

A exceção da Meta 1, mesmo que determinados valores tenham sido projetados a partir da adoção de hipóteses e parâmetros estimativos, não haverá qualquer ajuste de metas decorrente de discrepâncias com as hipóteses e parâmetros efetivamente observados, salvo se por erro material. Logo as metas estabelecidas em valores expressos a preços correntes ou percentuais de receita serão consideradas fixas.

Para efeito de avaliação de cumprimento de metas do Programa, serão computadas as despesas com pessoal, serviço da dívida, transferências constitucionais e legais a municípios e sentenças judiciais, de competência do exercício, eventualmente não empenhadas pelo Estado, mas que tenham sido consideradas no estabelecimento de metas do Programa.

ÍNDICE DE PREÇOS

Para todos os efeitos, o índice de preços utilizado no Programa é o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna apurado pela Fundação Getúlio Vargas. Ao se tratar de fluxos de receitas e despesas, serão utilizados índices médios anuais. No caso de estoques de dívida, os índices acumulados ao final de cada exercício.

DADOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO ESTADO

O Estado compromete-se a encaminhar, segundo as respectivas periodicidades, os seguintes dados, informações e documentos:

Demonstrativo da Execução Orçamentária, fontes tesouro - mensalmente;

Demonstrativo das Transferências a Municípios, discriminando as constitucionais e legais das demais – mensalmente;

Demonstrativo das Despesas com Pessoal, fontes tesouro, discriminando segundo Poder Executivo (Administração Direta); Poder Executivo (Administração Indireta); Outros Poderes; Inativos e Pensionistas; e Outras Despesas com Pessoal - anualmente;

Cronogramas de Desembolsos para Pagamento do Serviço da Dívida, segundo modelo estabelecido pela Portaria MF nº 89/97 – trimestralmente;

Balanço Geral do Estado – anualmente;

Demonstrativo das Receitas e Despesas, fontes tesouro (quando essa apuração não puder ser feita a partir do Balanço Geral do Estado) – anualmente;

Relatório de Cumprimento de Metas do Programa relativas ao Exercício Anterior – precedendo a Missão Técnica;

Demonstrativos relacionados no Termo de Referência da Missão Técnica – precedendo-a, quando solicitado.

META 1 – RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

DEFINIÇÃO

Estabelece os índices resultantes da relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real anual que devem ser alcançados enquanto o montante da Dívida Financeira for superior ou equivalente ao da Receita Líquida Real anual. Para os Estados que apresentam relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real anual inferior a 1, a meta a ser estabelecida consiste em projetar montantes de Dívida Financeira que não ultrapassem a Receita Líquida Real anual. A dívida financeira relativa à meta 1 inclui a dívida total da Administração Direta e suas Autarquias, Fundações e Fundos.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

Para cada exercício financeiro a dívida financeira corresponde ao saldo apurado em 31 de dezembro. Os valores projetados incorporam os valores estimados de ingresso de receitas decorrentes de operações de crédito previstas no Programa e são expressos a preços constantes de dezembro do último exercício findo (em relação à data de elaboração do Programa).

Os índices referentes à relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real são apresentados segundo 2 limites: o inferior considera o saldo devedor observado na posição de 31 de dezembro do último exercício findo, acrescido da estimativa de ingresso de recursos de operações de crédito já contratadas ajustado pela aplicação de encargos e dedução dos pagamentos efetuados. O superior considera também os valores correspondentes ao ingresso de receitas decorrentes de operações de crédito, previstas no Programa e ainda não contratadas, e dos compromissos delas decorrentes.

Com relação a exercícios findos, a receita líquida real utilizada corresponde àquela apurada no período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços constantes do correspondente mês de dezembro.

Para efeito de projeção, a receita líquida real será a estimada para o período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços de dezembro do último exercício findo.

Para a projeção dos 3 exercícios imediatamente subsequentes ao último exercício findo, a receita líquida real será aquela decorrente de estimativa fundamentada, apresentada pelo Estado e acordada com a Secretaria do Tesouro Nacional. Para a projeção dos demais exercícios, será aplicada uma taxa de crescimento de 3% ao ano.

A consideração de novas operações de crédito no limite superior não significa anuência prévia da Secretaria do Tesouro Nacional à sua contratação.

META 2 – RESULTADO PRIMÁRIO

DEFINIÇÃO

Estabelece os montantes relativos ao Resultado Primário, expressos a preços correntes, para o período trienal ao qual se refere o Programa, consideradas as receitas e despesas, fontes tesouro.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO, PROJEÇÃO E AVALIAÇÃO

A meta estabelecida, expressa em valores correntes, não será objeto de qualquer ajuste, independentemente de as hipóteses e parâmetros utilizados na projeção não se confirmarem, salvo se por erro material. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado de Sergipe se compromete a não gerar atraso/deficiência em cada ano do triênio.

META 3 – DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

DEFINIÇÃO

Estabelece a relação percentual entre os montantes da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida, a qual não deverá ser ultrapassada no período trienal referido no Programa, consideradas as receitas e despesas, fontes tesouro.

META 4 – RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

DEFINIÇÃO

Estabelece os montantes relativos às Receitas de Arrecadação Própria, fontes tesouro, expressos em valores a preços correntes, para o período trienal referido no Programa.

• ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

Os montantes projetados são resultantes de estimativa fundamentada, apresentada pelo Estado e acordada com a Secretaria do Tesouro Nacional.

A meta estabelecida, expressa em valores a preços correntes, não será objeto de qualquer ajuste, independentemente de as hipóteses e parâmetros utilizados na projeção não se confirmarem, salvo se por erro material.

A receita de arrecadação própria consolida os valores da Administração Direta e suas Autarquias, Fundações e Fundos.

META 5 – REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

DEFINIÇÃO

Estabelece os montantes expressos em valores correntes, provenientes de alienações de ativos. Na ausência de meta de Reforma do Estado assim expressa, são estabelecidos compromissos no âmbito do processo de desestatização, reforma administrativa e patrimonial, que resultem em racionalização administrativa e/ou limitação de despesas.

META 6 – DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL

DEFINIÇÃO

Estabelece os limites para a realização de Despesas de Investimentos, fontes tesouro, expressos como relação percentual da Receita Líquida Real anual, para o período trienal referido no Programa.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO, PROJEÇÃO E AVALIAÇÃO

Na relação Investimento/RLR, foram considerados as despesas de investimentos e inversões.

DÍVIDA FINANCEIRA

CONCEITO

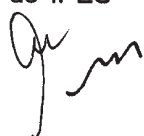
Saldo das dívidas assumidas por meio de contrato ou de emissão de títulos, exigíveis no curto ou no longo prazo, na posição de 31 de dezembro, em que o mutuário é o Estado. São considerados também os saldos das dívidas da administração indireta (Autarquias, Fundações e Fundos) honradas pelo Tesouro do Estado, independentemente de terem sido assumidas formalmente.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

Difere do conceito da Lei Complementar 101/00 quanto à abrangência.

São utilizados os valores expressos a preços de dezembro do ano findo (em relação à data de elaboração do Programa), apresentados pelo Estado por meio da planilha prevista no Anexo I da Portaria MF nº 89/97 e os fornecidos pela Coordenação Geral de Haveres Financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional.

- A dívida do IPES – Instituto de Previdência do Estado; negociação Lei 8727/98 foi assumida pelo Estado.



RECEITA LÍQUIDA REAL

CONCEITO

Receita definida na Lei nº 9.496/97, no contrato de refinanciamento de dívida junto à União efetuado ao seu amparo e na Lei Nº 10.195/01, utilizada para calcular (a) a relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real (meta 1 do Programa), (b) o serviço da dívida refinanciada na eventualidade de ser observado o limite de dispêndio previsto no contrato e (c) a relação Investimentos / Receita Líquida Real (meta 6 do Programa).

A Receita Líquida Real corresponde ao montante da receita realizada, (soma das receitas orçamentárias corrente e de capital), fontes tesouro, deduzidos:

Os valores repassados ao FUNDEF, conforme previsto na Lei nº 10.195/01;

As receitas de operações de crédito;

As receitas de alienação de bens;

As receitas de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital; e

As despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO DE CONTAS DO FUNDEF (DEMONSTRATIVO DE CONTAS FUNDEF EM ANEXO)

A apuração dos valores repassados ao FUNDEF é efetuada da seguinte forma:

A receita orçamentária deverá considerar o valor integral do imposto ou transferência sobre o qual incide a dedução para o FUNDEF. Como consequência, as contas redutoras a título de repasse ao FUNDEF terão o seu valor reintegrado ao total da receita corrente;

O valor da dedução a título de repasse ao FUNDEF será obtido mediante a aplicação do respectivo percentual sobre o valor integral do imposto ou transferência, conforme previsto na Lei nº 10.195/01; na eventualidade desse montante ser diferente daquele informado pelo Estado, prevalecerá o primeiro;

A rubrica contábil referente à participação do Estado no conjunto das receitas do FUNDEF será desconsiderada até o limite do valor apurado da dedução a título de repasse ao FUNDEF. Dessa forma, eventual ganho líquido com o FUNDEF comporá o valor apurado da receita realizada.

Para apurar a relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real referente a cada exercício, seja para efeito de projeção ou de avaliação, a receita líquida real utilizada será a correspondente ao período de janeiro a dezembro, expressa a preços de dezembro.

Para apurar a relação Investimentos / Receita Líquida Real referente a um exercício financeiro, seja para efeito de projeção ou de avaliação, a receita líquida real utilizada será a correspondente ao período de janeiro a dezembro do referido exercício, expressa a preços correntes.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CONCEITO

Montante decorrente da diferença entre os valores da Receita Corrente, fontes tesouro, e da Despesa com Transferências Constitucionais e Legais a Municípios.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO (DEMONSTRATIVO DE CONTAS FUNDEF EM ANEXO)

Difere do conceito da Lei Complementar 101/00 quanto à abrangência e quanto à metodologia de cálculo.

A Receita Corrente deverá considerar o valor integral do imposto ou transferência sobre o qual incide a dedução para o FUNDEF. A rubrica contábil referente à participação do Estado no conjunto das receitas do FUNDEF será desconsiderada até o limite do valor apurado da dedução a título de repasse ao FUNDEF. Como consequência, as contas redutoras a título de repasse ao FUNDEF terão o seu valor reintegrado ao total da receita corrente.



RECEITA BRUTA

CONCEITO

Montante da Receita Orçamentária Arrecadada, fontes tesouro, excluídos os valores correspondentes a:

- Receitas Patrimoniais Financeiras, entendidas como decorrentes de Juros de Títulos de Renda, Remuneração de Depósitos Bancários e Outras Receitas Patrimoniais Financeiras;
- Operações de Crédito; e
- Alienação de Ativos.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO (DEMONSTRATIVO DE CONTAS FUNDEF EM ANEXO)

A Receita Orçamentária Arrecadada deverá considerar o valor integral do imposto ou transferência sobre o qual incide a dedução para o FUNDEF. A rubrica contábil referente à participação do Estado no conjunto das receitas do FUNDEF será desconsiderada até o limite do valor apurado da dedução a título de repasse ao FUNDEF. Como consequência, as contas redutoras a título de repasse ao FUNDEF terão o seu valor reintegrado ao total da receita corrente.

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

CONCEITO

Montante das Receitas de Transferências Correntes e de Capital, Intergovernamentais e Multigovernamentais, estando incluídos:

- Transferências do FPE (inclusive os 15% do FUNDEF);
- IPI-Exportação (inclusive os 15% do FUNDEF);
- Repasse previstos pelo Anexo da Lei Complementar nº 115/02 (inclusive os 15% do FUNDEF);
- Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado;
- IOF-Ouro;
- Cota-parte do Salário Educação;
- Transferências por meio de Convênios; e
- Transferências dos Estados, Municípios, Instituições privadas, do Exterior, de Pessoas e outras Transferências.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO E PROJEÇÃO (DEMONSTRATIVO DE CONTAS FUNDEF EM ANEXO)

As receitas relativas aos repasses previstos pelo Anexo da Lei Complementar nº 115/02 foram projetadas pela Coordenação Geral de Relações e Análise Financeira de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional.

As receitas relativas aos repasses do FPE e IPI-Exportação foram projetadas pela Coordenação Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.

As demais receitas de transferências foram projetadas utilizando-se de estimativa fundamentada, apresentada pelo Estado e acordada com a Secretaria do Tesouro Nacional.

Para efeitos do Programa, a receita do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado será considerada como receita de transferência.

A rubrica contábil referente à participação do Estado no conjunto das receitas do FUNDEF será desconsiderada até o limite do valor apurado da dedução a título de repasse ao FUNDEF. A conta redutora a título de repasse ao FUNDEF terá o seu valor reintegrado ao seu respectivo item correspondente de receita.



RECEITA DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

CONCEITO

Montante da receita correspondente ao somatório das Receitas Tributárias (considerando o valor integral do imposto sobre o qual incide a dedução para o FUNDEF), de Contribuições, Patrimoniais (exceto financeiras) e demais receitas correntes e de capital arrecadadas diretamente pelo Estado, exclusive as de Transferências Recebidas, as Operações de Crédito e as Alienações de Bens, fontes tesouro.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

As receitas de serviços financeiros serão consideradas no Programa como receitas patrimoniais financeiras.

Para efeitos do Programa, a receita do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado não será considerada como receita de arrecadação própria.

DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MUNICÍPIOS

CONCEITO

Montante das despesas com Transferências Constitucionais e Legais para Municípios, correspondente à repartição das receitas (principal e acessórias) de ICMS, IPVA e IPI-Exportação.

O montante das demais despesas com Transferências a Municípios é incluído nas Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC).

RECEITA LÍQUIDA

CONCEITO

Disponibilidade líquida de receitas não financeiras, resultante da diferença entre os montantes de Receita Bruta e as despesas com Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO (DEMONSTRATIVO DE CONTAS FUNDEF EM ANEXO)

A Receita Bruta deverá considerar o valor integral do imposto ou transferência sobre o qual incide a dedução para o FUNDEF. A rubrica contábil referente à participação do Estado no conjunto das receitas do FUNDEF será desconsiderada até o limite do valor apurado da dedução a título de repasse ao FUNDEF. Como consequência, as contas redutoras a título de repasse ao FUNDEF terão o seu valor reintegrado ao total da Receita Bruta.

DESPESAS NÃO FINANCEIRAS

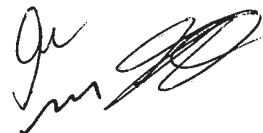
CONCEITO

Montante das despesas orçamentárias empenhadas (equivalentes ao somatório das despesas liquidadas e restos a pagar não processados), excluídas as relacionadas com Encargos e Amortização de Dívidas, Aquisição de Títulos de Crédito, Repasses para Fundos Previdenciários e Repasses relativos ao Saneamento de Bancos Estaduais.

O montante da despesa não financeira exclui também as despesas com Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO (DEMONSTRATIVO DE CONTAS FUNDEF EM ANEXO)

A diferença positiva entre o valor apurado da dedução a título de repasse ao FUNDEF e a rubrica contábil referente à participação do Estado no conjunto das receitas do FUNDEF será considerada como despesa orçamentária empenhada. Na eventualidade de se encontrar uma diferença negativa, esta será considerada como ganho líquido e será classificada como receita decorrente do retorno do FUNDEF.



DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

CONCEITO

Despesas de toda a natureza, fontes tesouro, devida a pessoal pelo regime de competência, inclusive, contratação por tempo determinado. Não são incluídas as despesas indenizatórias (como sentenças judiciais, verbas rescisórias, indenizações e incentivos a programas de demissão voluntária), ressarcitórias (como diárias, ajuda de custo, incentivo bolsa) e assistenciais (como PASEP, auxílio funeral, auxílio reclusão, auxílio doença, auxílio natalidade).

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

A projeção das despesas com funcionalismo público deverá contemplar as doze folhas de pagamento de competência do exercício, o décimo-terceiro salário e o adicional de férias.

As entidades da administração indireta que recebem recursos fontes tesouro para cobrir, total ou parcialmente, suas despesas com pessoal são:

AUTARQUIAS: DER/ HEMOSE/ IPH/ JUCESE/ ITPS/ ADEMA

FUNDAÇÕES: FUNDESP (extinta em MAR 2003)/ FUNDAP/ FUNDESE/ FUNDAÇÃO RENASCER

EMPRESAS DEPENDENTES: COHIDRO/ EMDAGRO/ CEHOP/ SERGIPORTOS/ CODISE/ EMSETUR/ PRONESE

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (OCC)

CONCEITO

Montante equivalente à diferença entre as Despesas Não Financeiras e as Despesas com Pessoal.

As Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC) são subdivididas em Investimentos, Inversões, Sentenças Judiciais e Outras Despesas Correntes.

INVESTIMENTOS

CONCEITO

Montante das despesas:

Com planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis e outros bens considerados necessários à realização das mesmas;

Com aquisição de instalações, equipamentos e materiais permanentes;

Que resultem em valorização de um bem público, tais como as despesas de reconstrução e reinvestimento;

Que se destinem a programas de fomento econômico, que permitam a geração de renda e que sejam empregados para obter nova produção.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

Para efeito de projeção, são considerados os investimentos da administração direta e indireta, fontes tesouro, inclusive aqueles realizados com recursos oriundos de operações de crédito, convênios, alienação de bens e disponibilidades financeiras de exercícios anteriores.



INVERSÕES

CONCEITO

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; com a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento de capital de empresas.

SENTENÇAS JUDICIAIS

CONCEITO

Despesas resultantes de (a) pagamento de precatórios e cumprimento de decisões judiciais em consonância ao disposto no art. 100 e seus parágrafos da Constituição Federal e no art. 78 do ADCT; e (b) cumprimento de decisões judiciais proferidas em mandados de segurança e medidas cautelares referentes a vantagens pecuniárias concedidas e ainda não incorporadas em caráter definitivo às remunerações dos beneficiários.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

Nesse item estão consideradas todas as despesas decorrentes de sentenças judiciais, independentemente de sua classificação.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

CONCEITO

Montante das Despesas Não Financeiras, excluídas as despesas de Investimentos, Inversões, Sentenças Judiciais e Despesas Com Pessoal.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO (DEMONSTRATIVO DE CONTAS FUNDEF EM ANEXO)

A diferença positiva entre o valor apurado da dedução a título de repasse ao FUNDEF e a rubrica contábil referente à participação do Estado no conjunto das receitas do FUNDEF será considerada como despesa orçamentária empenhada. Na eventualidade de se encontrar uma diferença negativa, esta será considerada como ganho líquido e será classificada como receita decorrente do retorno do FUNDEF.

RESULTADO PRIMÁRIO

CONCEITO

Montante correspondente à diferença entre a Receita Líquida e as Despesas Não Financeiras.

JUROS

CONCEITO

Montante correspondente à despesa com o pagamento de Juros, Comissões e Outros Encargos relativos à Dívida Pública Interna e Externa.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

Os valores das despesas orçamentárias foram extraídos de:

balancetes mensais adaptados e compatibilizados com o balanço anual adaptado;
Anexo 1 definido pela Portaria MF 89/97 e elaborado pelo Estado.

Os valores relativos à dívida refinanciada junto à União são comparados com as informações fornecidas pela Coordenação Geral de Haveres Financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional. Na eventualidade de discrepâncias não passíveis de conciliação, prevalece esse último montante.

Das despesas com Encargos da Dívida Extra-Limite são deduzidas as Receitas Patrimoniais correspondentes a Juros de Títulos de Renda, Remuneração de Depósitos Bancários e Outras Receitas Patrimoniais Financeiras.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDA

CONCEITO

Montante necessário para o pagamento dos juros, após a dedução do valor apurado de resultado primário.

Se positivo, indica necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Se negativo, mostra que foram gerados recursos suficientes tanto para o pagamento dos encargos como também para o pagamento, pelo menos parcial, das amortizações.

AMORTIZAÇÕES DE DÍVIDA

CONCEITO

Despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da Dívida Pública Interna e Externa, contratual e mobiliária.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

Os valores das despesas orçamentárias foram extraídos de:

balancetes mensais adaptados e compatibilizados com o balanço anual adaptado;
Anexo 1 definido pela Portaria MF 89/97 e elaborado pelo Estado.

Os valores relativos à dívida refinanciada junto à União são comparados com as informações fornecidas pela Coordenação Geral de Haveres Financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional. Na eventualidade de discrepâncias não passíveis de conciliação, prevalece esse último montante.

CONTA GRÁFICA

CONCEITO

Montante correspondente à amortização extraordinária prevista no contrato de refinanciamento da dívida ao amparo da Lei nº 9.496/97 e seus termos aditivos.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

Os valores extraídos dos balancetes e balanços adaptados são comparados com as informações fornecidas pela Coordenação Geral de Haveres Financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional. Na eventualidade de discrepâncias não passíveis de conciliação, prevalece esse último montante.

FINANCIAMENTO PARA SANEAMENTO DE BANCOS ESTADUAIS

CONCEITO

Montante correspondente à receita decorrente de Operação de Crédito para saneamento do sistema financeiro estadual e da subsequente despesa com o repasse de recursos às entidades financeiras beneficiadas.



CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

CONCEITO

Montante das despesas correspondentes ao repasse de recursos destinados à capitalização de Fundo de Previdência.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO BRUTA

CONCEITO

Montante correspondente ao somatório dos valores da Necessidade de Financiamento Líquida, da despesa com Amortizações de Dívida e da despesa com Capitalização de Fundos Previdenciários.

Se positivo, indica necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Se negativo, mostra que foram gerados recursos mais do que suficientes para o referido pagamento.

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

CONCEITO

Montante da receita proveniente da conversão em espécie de bens e direitos, decorrente de sua alienação total ou parcial, inclusive por meio de privatização.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

CONCEITO

Compromissos assumidos pelo Tesouro Estadual com credores situados no país ou no exterior decorrentes de financiamentos, empréstimos ou colocação de títulos.

Para os fins do Programa não estão incluídas na dívida financeira as operações realizadas por Antecipação de Receitas Orçamentárias - ARO, liquidadas dentro do mesmo exercício em que foram contratadas.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

As projeções de operações de crédito internas e externas contemplam os empréstimos já em execução, inclusive com os recursos ainda a liberar, e as novas operações de crédito discriminadas no Anexo V. A consideração dessas operações no Programa não representa anuência prévia do Ministério da Fazenda e sua contratação deverá seguir a tramitação formal.



✓ ATRASOS / DEFICIÊNCIA

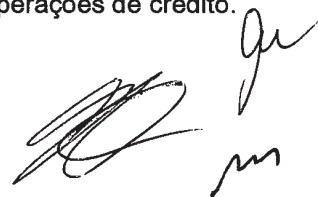
CONCEITO

Montante da diferença entre os valores de Necessidade de Financiamento Bruta e os de Fontes de Financiamento (Operações de Crédito e Alienação de Ativos).

Valores positivos são indicativos de insuficiência de Fontes de Financiamento, acarretando a necessidade de utilizar disponibilidades financeiras de exercícios anteriores ou de incorrer em postergação do pagamento de compromissos. Valores negativos indicam que a Receita Líquida e as Fontes de Financiamento foram mais do que suficientes para honrar as despesas primárias e financeiras. Tendo em vista que as Despesas Financeiras e Não Financeiras são apuradas pelo Regime de Competência, não há correspondência plena com as disponibilidades de caixa geradas no exercício.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE APURAÇÃO

Ressalte-se que, em 2004 e 2005, o Anexo I apresenta suficiência de R\$ 63 milhões e R\$ 64 milhões, respectivamente, em decorrência de estimativas de ingressos expressivos de operações de crédito.





GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE FINANÇAS PÚBLICAS

DEMONSTRATIVO FUNDEF

Exercício 2003

(Anexo do Termo de Entendimento - Programa Ajuste Fiscal 2003/5 - SERGIPE)

CONTAS	CÓDIGO	RETIFICADORA FUNDEF
Tributária	1110000000000000	
ICMS	1111302000000000	1111302000000099
Transferências Correntes	1170000000000000	
FPE	1172101010000000	1172101010000099
IPI	1172101120000000	1172101120000099
Lei Complementar 87/97	1172109010000000	1172109010000099
Outras Receitas Correntes	1190000000000000	
Multas de Juros de Mora	1191000000000000	
Multas de Juros de Mora Tributos	1191100000000000	1191142000000099
Multas de Mora dos D Ativa dos Tributos	1191300000000000	1191315000000099
Receita da Dívida Ativa	1193000000000000	
Receita da Dívida Ativa Tributária	1193100000000000	
Receita da Dívida Ativa Tributária	1193100000000000	1193115000000099
Receitas Diversas	1199000000000000	
Atualização Monetária ICMS	1199008000000000	
Atualização Monetária do ICMS	1199008010000000	1199008010000099
Atualiz. Monet D Ativa ICMS	1199011000000000	
Atualiz. Monet D Ativa ICMS	1199011010000000	1199011010000099

**AVALIAÇÃO DA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO
ESTADO DE SERGIPE**

O Estado de Sergipe apresentou um superávit primário no ano de 2002 de R\$ 163 milhões, reforçando a tendência de superávits primários obtidos em 2000 de R\$ 96 milhões e em 2001 de R\$ 131 milhões. Tal fato indica que o Estado alcançou um razoável nível de controle sobre as variáveis que influenciam seu equilíbrio fiscal, assegurando, assim, a continuidade do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal.

2. Nos últimos anos (2000-2002), O Estado de Sergipe não acumulou atrasos e deficiências. Isto indica que os resultados primários foram suficientes para atender aos compromissos de despesas do Estado.

3. A receita bruta teve um incremento de R\$ 365 milhões em 2002, com crescimento real de 6,83% em relação a 2001. A receita de transferências cresceu 7,00% em relação ao ano anterior, sendo o maior responsável por este crescimento o FPE, alcançando a diferença de 9,03% em comparação a 2001. A arrecadação das receitas próprias cresceu um total em 6,62%, com crescimento real na arrecadação do ICMS de 3,87% em relação a 2001, e de 13,95% em outras receitas de arrecadação própria.

4. A despesa não-financeira teve aumento de 6,78%, em termos reais, passando de R\$ 1.427 milhões, em 2001, para R\$ 1.730 milhões, em 2002, devido principalmente ao crescimento das despesas com pessoal de 7,20%.

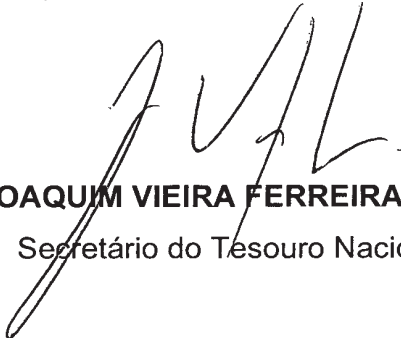


5. Os gastos com outras despesas correntes e de capital – OCC – apresentaram um acréscimo real na ordem de 6,28%, passando de R\$ 649 milhões, em 2001, para R\$ 782 milhões, em 2002.

6. Em 31 de dezembro de 2002, o Estado de Sergipe apresentou um estoque de dívida financeira de R\$ 1.333 milhões e a RLR alcançou R\$ 1.881 milhões. A relação Dívida/RLR passou de 0,83 em 2001 para 0,71 em 2002.

7. Em vista do exposto, conclui-se que o Estado de Sergipe vem alcançando razoável controle sobre suas finanças. Não obstante, o Estado deverá manter, nos termos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, o nível da arrecadação e o controle das despesas visando sustentar a geração de superávits primários suficientes para honrar os seus compromissos financeiros e sociais, bem como alcançar o desejado equilíbrio fiscal sustentável.

Brasília, 24 de novembro de 2003.



JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Secretário do Tesouro Nacional

PARECER STN/COREM N.º 364

Brasília, 24 de novembro de 2003.

**ASSUNTO: PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL DO
ESTADO DE SERGIPE – TRIÊNIO DE 2003-2005**

O Governo do Estado de Sergipe, em cumprimento ao disposto no parágrafo 3º, do artigo 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 e na cláusula décima-quinta do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, elaborou a revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado para o triênio 2003-2005.

2. O Programa em epígrafe apresenta os objetivos, as metas, a estratégia e as ações a serem implementadas pelo Governo Estadual, no triênio 2003-2005, com vistas a atender as metas fiscais elencadas. As receitas e as despesas não financeiras foram fixadas em valores correntes, não sendo passíveis de qualquer ajuste decorrente de oscilações do PIB ou da inflação quando da avaliação.

3. O Estado se compromete, entre outras ações, a alcançar resultados primários positivos de R\$ 125 milhões, R\$ 12 milhões e R\$ 90 milhões nos anos de 2003, 2004 e 2005, respectivamente.

4. Quanto às despesas de pessoal, a meta é de um comprometimento de Receita Corrente Líquida de até 60% nos três anos, embora para o equilíbrio de suas finanças e realização da meta de resultado primário, o Estado pretenda obter uma relação menor: 58,02% em 2003, 56,03% em 2004 e 57,88% em 2005. Para a projeção e avaliação da meta de pessoal, estão sendo computadas tão somente as receitas e despesas do Tesouro Estadual, não englobadas, portanto, as fontes de recursos próprios da Administração Indireta. O cumprimento da referida meta não exige o Estado de obedecer às imposições legais vigentes.



1

5. No tocante à Reforma do Estado, não há meta expressa em valores monetários para os anos de 2003 a 2005. Sendo assim, o Estado compromete-se a:

- a) não repassar no triênio 2003 – 2005 recursos para a Empresa Sergipana de Gás – EMSERGÁS, exceto se relativo a dividendos do Estado para manter percentual da participação acionária;
- b) viabilizar a realização de inventário dos bens imóveis do Estado, de forma a enviar ao Governo Federal, até junho de 2004, relatório sobre o assunto, destacando o valor de venda dos bens imóveis passíveis de alienação;
- c) manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, com a participação de integrantes das Secretarias da Fazenda, Planejamento, Administração e Controladoria Geral do Estado;
- d) encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, relatório da execução do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas;
- e) com a conclusão das negociações do Estado com a Petrobrás, serão tomadas todas as medidas necessárias para a extinção da Empresa Administradora de Portos de Sergipe – SERGIPORTOS; e
- f) com relação à Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR, esta deverá manter sua política de busca de parceria com o setor privado na promoção das festas populares e o Estado proporá meios de profissionalizar o turismo, como também buscará viabilizar a concessão à iniciativa privada, do Hotel Palace, Balneário de Salgado e Hotel Velho Chico.

6. No que concerne às despesas com investimentos, a meta é de um comprometimento da Receita Líquida Real de até 8,10%, 20,69%, e 14,40% nos anos de 2003, 2004 e 2005, respectivamente, considerando os gastos com investimentos e inversões financeiras.

7. De acordo com o novo Programa, projeta-se manutenção da relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real menor que 1. As relações acordadas foram de 0,84, 0,86 e 0,91 para os exercícios de 2003, 2004 e 2005, respectivamente.

8. Finalmente em relação as operações de crédito, a revisão do Programa considerou quatro operações de crédito novas. Somadas às já existentes, há a previsão de 7 (sete) novas operações de crédito, no valor de R\$ 537 milhões, a preços de dezembro de 2002. Ressalte-se que apenas a operação junto ao Banco

1

W X M J

Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o projeto Aracaju-Barra se inclui na exceção prevista no art. 7º, § 8º, da resolução nº 43 de 21 de dezembro de 2001 do Senado Federal.

9. Com estas especificações, o Programa, em anexo, pode ser aceito pelo Governo Federal.

À consideração superior.



FABIOLA FLOR MACHADO

Analista de Finanças e Controle



LÍLIAN MARIA CORDEIRO

Gerente

De acordo. À consideração do Sr. Coordenador-Geral.



MARIA DA SALETE MEDEIROS MOREIRA

Coordenadora da COREM/STN

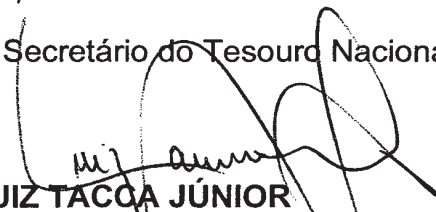
De acordo. À consideração do Sr. Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.



JORGE KHALIL MISKI

Coordenador-Geral da COREM/STN

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional.



LUIZ TACCA JÚNIOR

Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional

De acordo.



JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY

Secretário do Tesouro Nacional